

SINESP tem histórico de lutas, conquistas e defesa dos direitos da categoria

O SINESP foi fundado, em 1992, em meio à tentativa do governo de promover eleições para os cargos de Diretor de Escola, sob a justificativa de que isso tornaria a Unidade Educacional mais democrática. Para o SINESP, a garantia da democracia está no concurso para provimento dos cargos públicos, por impedir o clientelismo e o apadrinhamento político. Esse princípio se tornou o pilar da fundação do SINESP.

Partindo dessa defesa intransigente pelo concurso como forma de provimento dos cargos públicos, encampada por Especialistas de Educação e pela Comunidade Escolar, o SINESP passou a nortear todas as lutas da categoria.

Ensino público de qualidade; dignidade, respeito e valorização do gestor educacional; valorização de salários e carreiras; defesa de um sistema previdenciário digno e justo; melhores condições de trabalho; isonomia e capacitação

dos gestores foram algumas das lutas encampadas pelo SINESP a partir da consolidação dos concursos.

Com a oficialização dos concursos, foi possível estruturar a carreira do Gestor Educacional com direitos que valorizavam os profissionais, conferindo dignidade e respeito à categoria.

Essa estruturação rendeu aos Gestores Educacionais direitos históricos, conquistados com muita luta. A administração

pública tem tomado uma série de medidas prejudiciais ao que foi construído pelos Gestores com tanto esforço. É preciso que a categoria continue apoiando e participando das lutas históricas do SINESP em defesa de carreiras e direitos.

Medidas adotadas pela administração pública podem trazer prejuízos à categoria, inclusive aos servidores aposentados. O SINESP luta pela manutenção de direitos históricos.

Há vários projetos e medidas de governos e parlamentares que atingem diretamente os direitos dos educadores ativos e aposentados, colocam em risco a capacidade do Instituto de Previdência para o pagamento dos proventos e comprometem a qualidade, a universalidade e a própria existência da educação pública.

Privatização

Cresce a apropriação privada dos recursos da educação pública por empresas, por meio de seus representantes em governos e parlamentos.

Na cidade de São Paulo, avançaram nos serviços de limpeza e alimentação escolar desde o início dos anos 2000. Também com o crescimento do convênio com as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) na Educação Infantil, que de caráter emergencial viraram prática permanente. Mais recentemente, os Gestores Educacionais viraram alvo, com projetos que terceirizam a gestão nas Unidades Educacionais, como as escolas cívico-militares e o PL 573/21.

A entrega da gestão das escolas a empresas privadas que atuam como "organizações sociais" (OSs) já foi praticada pela prefeitura no convênio com o Liceu Coração de Jesus. Com o apoio da categoria e da comunidade educacional, o SINESP conseguiu pressionar a proponente a suspender, temporariamente, a tramitação do PL 573/21 na Câmara Municipal e luta para que esse projeto seja arquivado.

O projeto quer acabar com carreiras e cargos da educação e comprometer a aposentadoria dos servidores com a diminuição da arrecadação para o IPREM. Com isso, pode colocar o ensino público municipal em uma crise.

Outro projeto potencialmente danoso à educação é a adoção das escolas cívico-militares, que foi aprovado no estado e ganhou declaração do atual prefeito de que vai implantar na educação municipal, mesmo sem a decisão final do STF.

A privatização da educação pública retira recursos públicos da educação e os entrega para empresas privadas, que não têm na qualidade da educação e foco principal. O SINESP acompanha de perto todas as iniciativas para impedir que esses ataques aos servidores avancem na cidade de São Paulo. Essa é uma luta de toda a comunidade educacional.

Riscos ao IPREM e aos proventos dos aposentados

Para os gestores ativos, esse perigo ronda próximo. Para os gestores aposentados, que lutaram e continuam lutando nestes mais de 30 anos do SINESP, esses ataques à educação pública são muito preocupantes.

Cada vez que um governo amplia a terceirização e a privatização na rede, a diminuição de concursos públicos e, conseqüentemente, de servidores efetivos diminui a contribuição previdenciária para o RPPS e a arrecadação do IPREM para o pagamento de aposentadorias e pensões.

A possibilidade de déficit e até de insolvência crescem, colocando em risco os proventos dos beneficiários. Há, inclusive, exemplos de outros países que diminuíram os valores das aposentadorias.

A luta da categoria é necessária para barrar o avanço de políticas como a terceirização e a privatização. Nesse sentido, o SINESP convoca os gestores aposentados a apoiarem e unirem forças com o Sindicato e os gestores ativos para que salários e proventos sejam garantidos e valorizados e os serviços públicos e a educação pública de qualidade sejam fortalecidos!

SINESP luta em Brasília para acabar com a contribuição previdenciária dos aposentados

O apoio e a participação dos filiados aposentados é muito importante nesse momento

Dirigentes Sindicais do SINESP e membros ativos e aposentados do Conselho de Representantes do SINESP (CREP) têm atuado em Brasília em defesa dos direitos dos servidores públicos da educação.

As ações incluem reuniões com entidades de servidores públicos, visitas a gabinetes de parlamentares, participação em Audiências Públicas e encontros com assessores do Sindicato no DF para elaboração de estratégias de atuação em frentes como a defesa da PEC Social e da aprovação, no STF, das ADIs que derrubam a contribuição previdenciária de servidores aposentados.

O Sampaprev 2 impôs aos servidores aposentados desconto de 14% nos proventos de todos que ganham acima de um salário mínimo até o teto do INSS. Isso significou uma redução importante nos vencimentos e pensões de quem já havia contribuído à previdência durante toda a vida profissional. Várias iniciativas tentam acabar com essa cobrança absurda dos servidores aposentados.

A Presidente do SINESP, Norma Lúcia Andrade, participou dia 19 de junho do julgamento, no STF,

ADI no STF

das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) relativas à Emenda Constitucional (EC) 103/19. Essas ações questionam inúmeros pontos da Reforma da Previdência do governo Federal anterior, EC 103/2019, que embasa o confisco previdenciário de 14% dos servidores públicos aposentados. Se aprovadas, derubam a contribuição previdenciária dos servidores aposentados nos valores de seus proventos que superem o salário mínimo.

A vitória está próxima, e bus-

cando garanti-la, a Presidente do SINESP esteve em Brasília junto com outras dirigentes Sindicais nos dias 12, 13 e 14 de agosto para conversar com parlamentares e buscar uma audiência com o Ministro Gilmar Mendes, que pediu vistas do processo. Dos demais, nove já deram votos favoráveis e um contrário.

PEC Social

O SINESP tem participado das reuniões do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap), que é quem tem coordenado as ações por todo o Brasil em prol da Proposta de Emenda à Constituição nº 06/2024 (PEC Social).

Os encontros do Mosap têm, atualmente, como principal objetivo debater estratégias e encaminhamentos para que a PEC Social, de autoria do deputado Cléber Verde (MDB-MA), alcance 300 assinaturas de deputados e

seja apensada à PEC 555/2006. O pensamento fará com que a PEC tramite de forma mais rápida, pois dispensará a discussão nas comissões da Câmara, caminho já percorrido pela PEC 555.

O texto do deputado Cléber Verde prevê a suspensão escalonada, durante dez anos, da cobrança de contribuição previdenciária de servidores públicos aposentados e pensionistas que recebem acima do teto do INSS. Prevê, ainda, que essa redução aconteça a partir dos 63 anos para mulheres e dos 66 anos para homens.

27º Congresso do SINESP

Com o tema central "Direito à Educação Pública de Qualidade", o 27º Congresso do SINESP será realizado de 30 de setembro a 3 de outubro no Teatro Gazeta, na Av. Paulista, 900.

As inscrições poderão ser feitas de 26/8 a 20/9 online, pelo site do SINESP.

Pelo tema, que envolve todas as pessoas que defendem a educação pública, e pelas inúmeras questões e lutas que envolvem os aposentados e estarão em pauta nos debates e votações, a Diretoria do SINESP reforça o convite à participação de todos os filiados, ativos e aposentados.

Participe das próximas reuniões de aposentados do SINESP

As próximas reuniões estão programadas para os dias 23 de outubro e 4 de dezembro

INSCRIÇÕES: A divulgação será feita de forma antecipada, por isso fique atento ao site, às redes sociais e ao canal do SINESP no WhatsApp.

Sua participação é essencial para ampliar o debate sobre as lutas da categoria que envolvem direitos e interesses dos aposentados, questões que afetam toda a categoria e as atividades do CFCL Benê do SINESP.